

Demonstrações Financeiras

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Relatório de Administração

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Senhores Acionistas,

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”), tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório de Administração e as correspondentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, e auditadas por nossos auditores independentes.

1. Perfil Institucional

A Companhia detém concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do aeroporto de Natal, localizado na avenida Ruy Pereira dos Santos, 3100, Maçaranduba, na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte, pelo período de 30 anos, prorrogável por até 5 anos, contados a partir da data de eficácia do contrato, no dia 11 de janeiro de 2024.

2. Controle Acionário

O controle acionário da Companhia pertence à Zurich Airport International AG (“ZAIA”), e faz parte do Grupo Zurich Airport. O Grupo Zurich Airport está atualmente envolvido na operação de 09 (nove) aeroportos em todo o mundo. Além do aeroporto de Zurique, a Empresa concentra investimentos na América Latina, onde atua nos aeroportos de Bogotá, Curaçao, Florianópolis, Vitória, Macaé, Belo Horizonte, Iquique e Antofagasta. Em 2019, a Grupo Zurich Airport ganhou a concessão para construir e operar o segundo aeroporto de Nova Delhi, na Índia. Em 2023, a ZAIA foi vencedora do 1º leilão de relicitação para a concessão do Aeroporto Internacional de Natal, no Rio Grande do Norte, com início de operação em fevereiro de 2024.

Com a missão de desenvolver negócios, pessoas e as regiões onde atuamos, a Zurich Airport Brasil, formada pelos aeroportos de Florianópolis, Vitória, Macaé e Natal, procura oferecer um novo patamar de qualidade e gerar experiências incríveis para passageiros e visitantes.

Nossa visão é construir juntos os mais eficientes, sustentáveis e surpreendentes aeroportos do Brasil, criando um excelente negócio ao acionista.

3. Desempenho Operacional

Durante o exercício de 2023, a Companhia não auferiu receitas operacionais, uma vez que iniciou sua atividade no exercício de 2024.

4. Auditores Independentes

As demonstrações financeiras aqui representadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5. Agradecimentos

A Concessionária agradece a todos os fornecedores, clientes, parceiros, entidades governamentais, órgãos reguladores, colaboradores e a todos que contribuíram para que tivéssemos a oportunidade de fazer a transição de uma forma assertiva e nos dando a oportunidade de desenvolver a região nordeste.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Demonstração do valor adicionado.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.
São Gonçalo do Amarante (RN)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 07 de julho a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 07 de julho a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SC-000048/F


Fabiano Agostini
Contador CRC SC-029999/O

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	148.906
Tributos a recuperar	6	1.487
Despesas antecipadas	7	27
Outros créditos		84
Total do ativo circulante		150.504
Não circulante		
Despesas antecipadas	7	97
Tributos diferidos	14	61
		158
Intangível	8	8.885
		8.885
Total do ativo não circulante		9.043
Total do ativo		159.547
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	9	1.168
Obrigações sociais e trabalhistas		48
Tributos a recolher	10	423
Outros passivos		32
Total do passivo circulante		1.671
Patrimônio líquido	11	
Capital social		154.587
Reservas legal		166
Reserva de lucro		3.123
Total do patrimônio líquido		157.876
Total do passivo e patrimônio líquido		159.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023
Receita operacional líquida		-
Custo dos serviços prestados	12	<u>(89)</u>
Prejuízo bruto		(89)
Despesas gerais e administrativas	12	(774)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro líquido		<u>(863)</u>
Receitas financeiras	13	6.768
Despesas financeiras	13	(909)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		<u>4.996</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.736)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	61
Lucro líquido do exercício		<u><u>3.321</u></u>
Lucro básico diluído por ação (em R\$)	15	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	3.321
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	<u>3.321</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucro acumulados	Total
Saldos em 07 de julho de 2023	-	-	-	-	-
Constituição capital social	118.333	-	-	-	118.333
Aumento de capital social	36.254	-	-	-	36.254
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.321	3.321
Reserva legal	-	166	-	(166)	-
Destinação dividendos obrigatório	-	-	-	(32)	(32)
Reserva de lucro	-	-	3.123	(3.123)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	154.587	166	3.123	-	157.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>
Atividades operacionais	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>4.996</u>
(Aumento)/redução nos ativos	
Tributos a recuperar	(1.487)
Despesas antecipadas	(124)
Outros ativos	(85)
(Aumento)/redução nos passivos	
Fornecedores	1.168
Obrigações sociais e trabalhistas	48
Tributos a recolher	58
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(1.370)</u>
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	<u>3.204</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de ativo intangível	<u>(8.885)</u>
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	<u>(8.885)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Integralização capital social	<u>154.587</u>
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	<u>154.587</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>148.906</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>148.906</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Demonstração do valor adicionado
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>
1. Insumos adquiridos de terceiros	<u>(600)</u>
Custo dos serviços prestados	(595)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5)
2. Valor adicionado bruto	<u>(600)</u>
3. Valor adicionado recebido em transferência	<u>6.768</u>
Receitas financeiras	6.768
4. Valor adicionado para distribuição (2;3)	<u>6.168</u>
5. Distribuição do valor adicionado	<u>6.168</u>
Pessoal	<u>45</u>
Remuneração direta	31
Benefícios	3
FGTS	11
Impostos, taxas e contribuições	<u>2.799</u>
Federais e municipais	2.799
Remuneração de capitais de terceiros	<u>3</u>
Despesas financeiras	3
Remuneração de capitais próprios	<u>3.321</u>
Lucros retidos	3.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima e tem como objeto a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, localizado na avenida Ruy Pereira dos Santos, 3100, , Maçanduba, na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada 100% pela Zurich Airport International AG (“ZAIA”).

A Concessionária foi constituída para a operação do terminal aeroportuária de Natal, após vencer o leilão de relicitação de Natal/RN em maio de 2023. A Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) e a Concessionária assinaram o contrato de concessão em setembro de 2023 pelo período de 30 anos, prorrogável por até 5 anos para operação e administração do aeroporto de Natal, contados a partir da data de eficácia do contrato, no dia 11 de janeiro de 2024.

Este contrato prevê o pagamento contribuição fixa inicial, decorrente da oferta realizada no leilão, corresponde a R\$320.000 (trezentos e vinte milhões), que foi liquidada no dia 05 de janeiro de 2024.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), adotados no Brasil com aprovação do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

Os demonstrativos foram preparados considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de certos ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 28 de março de 2024.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todo exercício apresentado nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até doze meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os valores são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo.

Os valores são avaliados pelo custo amortizado até a data do balanço e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 12 meses.

b) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Conversão de moeda estrangeira--Continuação

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

c) Intangível

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

i) *Direito de concessão*

Refletem o custo de aquisição do processo de concessão da Companhia junto ao poder concedente que se enquadra como um contrato de exploração.

ii) *Softwares*

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

d) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, impostos a recuperar e outros recebíveis. Em 31 de dezembro de 2023 não há instrumentos financeiros derivativos.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados a valor justo com contrapartida no resultado conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros--Continuação*

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia correspondem a fornecedores, impostos a pagar e outras obrigações. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

e) Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. Em 2023 a receita da Companhia foi oriunda de rendimentos de aplicações financeiras.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

ii) *Ativos não financeiros*

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)--Continuação

ii) *Ativos não financeiros*--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual.

Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na data do balanço não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

g) Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

i) Demonstrações do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

j) Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

k) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com os impostos compreendem as parcelas correntes e diferidas. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à: combinação de negócios, diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração de tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

l) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

IFRS 17 - Contratos de seguro

O IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro). Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. A norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Com relação as alterações emitidas pelo IASB para o IAS 8, no qual introduz a definição de estimativa contábeis. As alterações elucidam a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Ainda abordam como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis, não tendo impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

As alterações emitidas pelo IASB em fevereiro de 2021 sobre o IAS1 e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, fornecendo guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Alterações ao IAS 12: Impostos diferido relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação

As alterações emitidas pelo IAS12 Income Tax estreitam o escopo da exceção do reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--Continuação

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 – Continuação

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

l) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não-circulante

O IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante, como: entendimento de direito de adiar a liquidação; direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Introduziu também uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações entram em vigor para as demonstrações financeiras do exercício de 2024.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

O IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Com objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações entram em vigor para as demonstrações financeiras do exercício de 2024.

m) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

Em atendimento ao CPC 48, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	148.906
Fornecedores	1.168

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

i) Risco de crédito

Ocorre pela possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou nos depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros--Continuação

ii) Risco de mercado

Possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas.

iii) Risco de gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

iv) Risco de liquidez

Representa o risco de a Concessionária não vir a dispor de recursos financeiros líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para a gestão da liquidez de caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela Companhia. O excedente de caixa disponível pela Concessionária é investido em aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valores.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>
Caixa e equivalente de caixa	
Caixa e bancos	500
Aplicações financeiras	<u>148.406</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>148.906</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancários (CDB) e são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) entre 101,8% e 102,7% em 2023.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Tributos a recuperar

	<u>2023</u>
Tributos a recuperar	
IRRF a recuperar	<u>1.487</u>
Total de tributos a recuperar	<u><u>1.487</u></u>

7. Despesas antecipadas

	<u>2023</u>
Despesas antecipadas	
Seguros a apropriar	<u>124</u>
Total despesas antecipadas	<u><u>124</u></u>
Circulante	27
Não circulante	97

8. Intangível

a) Composição

	<u>2023</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Valor líquido</u>
Direito de outorga	6.446	6.446
Softwares de uso	907	907
Marcas e patentes	23	23
Intangível em andamento	<u>1.509</u>	<u>1.509</u>
	<u><u>8.885</u></u>	<u><u>8.885</u></u>

A Companhia, mesmo antes de iniciar a transição operacional, efetuou investimentos para a evolução do nível de serviço junto ao passageiro e usuário.

b) Movimentação do ativo intangível

	<u>2023</u>				
	<u>Direito de outorga</u>	<u>Softwares de uso</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 07 de julho de 2023	-	-	-	-	-
Adições	6.446	907	23	1.509	8.885
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>6.446</u>	<u>907</u>	<u>23</u>	<u>1.509</u>	<u>8.885</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023					
Custo	6.446	907	23	1.509	8.885
Saldo contábil líquido	<u>6.446</u>	<u>907</u>	<u>23</u>	<u>1.509</u>	<u>8.885</u>

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível--Continuação

A Companhia reconheceu em seu ativo intangível os custos iniciais da outorga decorrente a oferta no leilão para concessão do direito de explorar a atividade aeroportuária de R\$6.446.

O início da concessão será em 2024, quando os ativos entrarão em uso e ocorrerá o início da amortização através da curva de amortização do direito de outorga, que é baseada na curva de movimentação de passageiros (workload unit - WLU), projetadas até o final da concessão com base no plano de negócios da concessão.

Teste do valor recuperável

Com base no CPC 01 a Companhia realizou teste do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2023. Para tanto, comparou-se o valor contábil do ativo intangível, composto pelas capitalizações efetuadas ao longo do tempo até a data indicada (*carrying amount*), com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais das unidades geradoras de caixa disponíveis na infraestrutura atual do aeroporto de Natal. O teste é elaborado com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. Não obstante, em 31 de dezembro de 2023, o saldo contábil do ativo intangível era inferior ao valor presente das unidades geradoras de caixa, o que indica que não há perda do valor recuperável ao longo do prazo da Concessão, dispensando a necessidade de qualquer ajuste.

9. Fornecedores

	<u>2023</u>
Fornecedores	
Fornecedores nacional	989
Provisões de contas a pagar	179
Total de fornecedores	<u>1.168</u>

As provisões de contas a pagar, no momento de R\$179 em 31 de dezembro de 2023, referem-se a serviços prestados durante o exercício de 2023, dos quais parte dos documentos fiscais suportes não foram fornecidos dentro do período.

10. Tributos a recolher

	<u>2023</u>
Tributos a recolher	
Tributos sobre o lucro	329
Tributos retidos de fornecedores	30
Tributos sobre receita	64
Total de tributos a recolher	<u>423</u>

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Concessionária, em 31 de dezembro de 2023, está representado por R\$ 154.587, totalizando 154.587.432 (cento e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Do capital social de 154.587 em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 118.333 foi autorizado na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 07 de julho de 2023 e o montante R\$ 36.254 foi autorizado na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 03 de agosto de 2023. Os créditos em conta corrente da Concessionária, relativo ao capital social de R\$ 154.587 foram recebidos em 25 de julho de 2023 e 14 de agosto de 2023, nos montantes de R\$ 12.046 e R\$ 142.542, respectivamente.

Ainda, a Concessionária aprovou na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 03 de agosto de 2023 o aumento do limite do capital autorizado da Companhia de 10% (dez por cento), até o limite de R\$ 169.400.

b) Reserva de lucros

Reserva Legal: A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme legislação societária e estatuto social vigentes. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. Ao final do exercício de 31 de dezembro de 2023, foi constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido no valor de R\$166.

Reserva de lucro a realizar: De acordo com o estatuto social a Companhia possui como obrigação estatutária a destinação de 1% do lucro líquido do exercício após a constituição das reservas, dessa forma em 31 de dezembro de 2023 foram destinados R\$ 32 a título de dividendo mínimo obrigatório a pagar. Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. A Companhia manteve em reserva de lucro o valor de R\$3.123, saldo remanescente após todas as destinações obrigatórias do lucro do exercício.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Custos de serviço e despesas gerais e administrativas

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>2023</u>
Salários, encargos e benefícios	(45)
Serviços de terceiros	(184)
Manutenção	(13)
Utilidades e serviços	(5)
Despesas de viagens	(288)
Taxas públicas	(218)
Outros custos	((110))
	<u>(863)</u>
Custos dos serviços prestados	(89)
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(774)
Total	<u>(863)</u>

13. Resultado financeiro líquido

	<u>2023</u>
Receitas financeiras	
Juros sobre aplicação financeira	6.768
Total receitas financeiras	<u>6.788</u>
Despesas financeiras	
Outras despesas financeiras	(3)
Impostos sobre operações financeiras	(906)
Total despesas financeiras	<u>(909)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>5.859</u>

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2023</u>
Diferenças temporárias	<u>61</u>
Total de impostos diferidos	<u>61</u>

Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>4.996</u>
Alíquota nominal - lucro real	<u>34%</u>
Tributos apurados pela alíquota vigente	<u>(1.699)</u>
Efeitos fiscais sobre as adições e exclusões permanentes:	
Outros	<u>24</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.675)</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(1.736)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>61</u>

15. Lucro básico diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro:

	<u>2023</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>3.321</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>124.094</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>0,03</u>

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado as coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Garantia de execução contratual: assegura o cumprimento das obrigações descritas no contrato.

D&O: garante o pagamento de indenização, a título de perdas, devida a terceiros por conselheiros, diretores e/ou administradores, decorrente de uma reclamação ou pela sociedade, decorrente exclusivamente de uma reclamação de mercado de capitais.

<u>Tipos de seguros</u>	<u>Importância segurada (R\$ mil)</u>	<u>Prazo de vigência</u>
Garantia de execução contratual - concessão	21.094	11/07/2023 a 11/07/2028
D & O	40.000	20/10/2023 a 13/05/2024

Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Eventos subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de outros fatos ocorridos subsequentes à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Entretanto, informa que:

- a) Em janeiro de 2024 ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única para distribuição pública da Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A. no valor de R\$ 210.000 através do agente fiduciário Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- b) Em 05 de janeiro de 2024, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal S.A. realizou o pagamento da Contribuição inicial à Concessionária anterior, Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A., no valor de R\$ 323.374.
- c) Em 11 de janeiro de 2024, implementadas as condições previstas no item 2.8 do Contrato de Concessão, ocorreu a eficácia do contrato, iniciando a execução do estágio 1 da Fase I, que consiste na apresentação do Plano de Transferência Operacional (“PTO”). Após verificação da aderência do PTO, em 17 de janeiro de 2024, iniciou-se o Estágio 2 da Fase I, com a operação assistida. Com o atendimento aos requisitos contratuais da Fase I, em 19 de fevereiro de 2024, iniciou a Fase II do Contrato de Concessão, em que a Concessionária passou a assumir integralmente a operação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante.